



23  
165

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0193792-4/01

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Francisco Tadeu Barbosa de Alencar

EMBARGADO: Edmar José de Souza

Advogado: Dr. José Foerster Júnior

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

9 5524

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DISPOSTAS NO ART. 535 DO CPC - EMBARGOS IMPROVIDOS - DECISÃO UNÂNIME.**

**1 - Os embargos de declaração constituem recurso de extremados requisitos objetivos, conforme normatização imersa no artigo 535 do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.**

**2 - Não vislumbrando as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo do embargante.**

**3 - Embargos de declaração improvidos.**

**4 - Decisão unânime.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 0193792-4/01, em que figura como embargante Estado de Pernambuco e como embargado Edmar José de Souza.

24  
1

866

Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010 presidida pelo Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, acompanhado pelo vogal Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Melo, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para negar provimento ao mesmo, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 28/01/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães - relator



25  
1

167

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0193792-4/01**

**EMBARGANTE:** Estado de Pernambuco

**Procurador:** Dr. Francisco Tadeu Barbosa de Alencar

**EMBARGADO:** Edmar José de Souza

**Advogado:** Dr. José Foerster Júnior

**RELATOR:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão lavrado nos autos do Agravo de instrumento em apenso que, sob a óptica do embargante, incorreu em omissão, contradição e obscuridade ao dar provimento parcial ao recurso interposto, tão-somente, para conceder o efeito ativo postulado, com fulcro no art. 527, III e 558, ambos do CPC, para, no que diz respeito à futura nomeação do então agravante, ser-lhe assegurado a reserva da vaga, caso reste classificado dentro do número de vagas ofertadas, determinando sua matrícula no curso de formação.

O recorrente opôs os presentes aclaratórios alegando, em síntese, que o aresto embargado incorreu em omissão, contradição e obscuridade, vez que o embargado submeteu-se ao concurso público, tomando ciência de suas regras, contidas no edital, regularmente publicado e elaborado em consonância com a legislação que rege a Polícia Militar. Acrescenta que não socorre direito ao recorrido, pois sua reprovação se deu fundada em edital e na portaria CG/PMPE nº 44, de 06 de janeiro de 1994, modificada pela Portaria CG/PMPE nº 1243, de 06 de agosto de 2003. Além disso, assevera que os atos emanados da Administração Pública são dotados de presunção de legitimidade e veracidade, bem como que os laudos apresentados não possuem força probante e que não pode o Poder Judiciário apreciar o mérito administrativo.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar a omissão,

26  
1  
168  
a obscuridade e contradição, bem como prequestionar a matéria versada nos autos, operando-se efeitos infringentes.

É o relatório.

Recife, 28/01/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator



27  
169

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0193792-4/01

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Francisco Tadeu Barbosa de Alencar

EMBARGADO: Edmar José de Souza

Advogado: Dr. José Foerster Júnior

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

O inconformismo do embargante reside contra acórdão lavrado nos autos do Agravo de instrumento em apenso que, sob a sua óptica, incorreu em omissão, contradição e obscuridade ao dar provimento parcial ao recurso interposto, tão-somente, para conceder o efeito ativo postulado, com fulcro no art. 527, III e 558, ambos do CPC, para, no que diz respeito à futura nomeação do então agravante, ser-lhe assegurado a reserva da vaga, caso reste classificado dentro do número de vagas ofertadas, determinando sua matrícula no curso de formação.

É sabido que os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver na decisão embargada, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissível em decisão em sentido amplo. Em regra, não possuem os Embargos de Declaração, caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, uma natureza integrativa ou esclarecedora. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No caso *sub examine*, não vislumbro qualquer omissão, contradição e obscuridade a macular a decisão embargada, devendo, portanto, manter-se incólume pelos seus próprios fundamentos.

O descontentamento da parte com o julgado não tem por finalidade tornar cabíveis os embargos de declaração, visando

02

28  
140  
modificação do julgado, excepcionalmente, admitida pelo ordenamento processual.

A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à parte, ora embargante que de forma reiterada, trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o propósito de rediscutir matéria já decidida.

Se porventura pretende o embargante modificar o aresto hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de embargos de declaração.

Em face do exposto, não havendo qualquer ponto sobre que deva pronunciar-se esta Sodalícia Câmara, conheço e nego provimento aos presentes embargos declaratórios.

É como voto.

Recife, 28/01/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator